



A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TEMPO E SUA DIFERENCIAÇÃO ENTRE O NORTE E SUL:

Uma análise crítica da sua trajetória a partir de Norbert Elias

Pedro Uetela¹

RESUMO

As tentativas de sistematização do tempo culminaram com a formulação de várias teses ao longo do processo histórico da sua conceptualização. Na idade média, por exemplo, Santo Agostinho só compreendia o tempo quando não era questionado. Na modernidade, Heidegger pensou o tempo em relação ao ser (*sein und zeit*) e por fim na contemporaneidade, Elias incrementou a complexidade sobre a temática ao afirmar que “o tempo em si não existe”. Este artigo busca reformular algumas das preocupações sobre a temporalidade tendo em conta os 3 períodos e de forma específica o ceticismo de Norbert Elias. O mesmo questiona a autoctonia dos avanços que se notabilizaram no ocidente sobre a questão ao concluir que foi no sul e não no norte do planeta onde as primeiras métricas sobre o tempo foram inventadas através da islamização muitos séculos antes da expropriação da inteligência inventada no Egito.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Norte. Sul

ABSTRACT

The attempts to systematize the definition of time have lead to a construction of various theses over the historical process of its conceptualization. In the middle ages, Saint Augustine only comprehended the definition of time always was not inquired. In the modern period, Heidegger thought about time in terms of being (*sein und zeit*) and in the contemporaneity Elias increased the complexity of the subject by arguing that time in itself, does not exist. This article seeks to reformulate some of the inquiries concerning the theme taking into account the three periods and with special emphasis for Elias' scepticism. It also question the autochthony of the evolution occurred in the north about the question as it concludes that it was in the south and not north of the planet where the primary instruments that measure time were invented under the Islamic process long time before the expropriation of the Egyptian intelligence.

KEY WORDS: Time. North. South.

¹ Doutorando em em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

INTRODUÇÃO

A preocupação sobre a conceptualização do tempo mereceu a atenção de muitos filósofos desde a origem das primeiras civilizações humanas na mesopotâmia e no Egito. Tal tese parece ser compactuada por Elias (1998) quando sublinha a existência longínqua dos instrumentos de orientação inventados pelos homens como uma bússola para direcionamento das suas práticas. Um dos mecanismos deste direcionamento, foi a noção da cronologia e ordenamento dos eventos através da observação dos astros, símbolos ou representações que se proliferou até a invenção de relógios e calendários, sobretudo na modernidade sólida no ocidente (ELIAS, 1998, p. 11).

A ideologia da existência do ordenamento dos eventos na natureza parece ter sido a mesma que conduziu pensadores como Heidegger (2005) a postular a existência de todos os seres (*seins*²) como algo que se dá num determinado período de tempo e espaço. O fato se deve à possibilidade de todos os entes serem considerados seres aí, isto é, *daseins*³ (HEIDEGGER, 2005, p. 90).

A partir de Heidegger, tanto os eventos quanto os seres existem num determinado período. Embora a tese do autor tenha criado uma dicotomia dentro da corrente da filosofia existencialista, em que (i) uns defenderam que a essência dos *seins* precede a existência dos mesmos dentro do tempo. Outros percebiam de forma contrária sobretudo que, (ii) os *seins* existem primeiramente e vão construir a sua essência ao longo da temporalidade. As referências tanto de Heidegger (2005) acima sublinhadas quanto de Elias (1998) são unânimes em duas dimensões. A primeira é sobre a existência de algo que se chama tempo e a segunda é referente a forma como este mesmo tempo é construído.

Uma vez que o debate dos autores até aqui apresentados se dá e se intensifica maioritariamente entre os períodos da modernidade sólida até ao líquido e ainda mais no ocidente, uma grande questão permanece: Qual é a temporalidade bem como a geografia das primeiras construções sociais sobre o tempo? Alguns de entre os vários pensadores que parecem considerar o Egito como o berço tanto das análises filosóficas sobre o tempo bem como da descoberta dos primeiros instrumentos de ordenamento dos eventos, sobressaem inclusive no ocidente.

De entre eles, Rüegg (1992) e Frijhoff (1996) no âmbito da gênese e institucionalização das ciências naturais, consideram o Egito como a civilização mais antiga que permitiu o desenvolvimento da cientificidade da explicação e ordenamento dos acontecimentos através da criação das primeiras formas de educação estabelecidas em moldes de *Quadrivium* (Aritmética,

² Palavra alemã que significa ser.

³ Palavra alemã ser aí, isto é ser que existe numa temporalidade.

Geometria, Astronomia e música) e do *trivium* (Gramática, Lógica e Retórica). Mais tarde as duas formas foram aproveitadas por outras civilizações como a Grécia, Roma e pelos impérios Persa e Bizantino, locais que radicalizaram o modelo da ciência e técnicas egípcias (RUEGG, 1992, p. 68).

Quanto ao Sul e oriente, existem alguns pensadores autóctones que defenderam a não hegemonia do ocidente na invenção do tempo. Isso pode atualmente estar na diferenciação e diversidade da compreensão da temática entre as duas regiões (norte e sul). Tais pensadores indígenas que se preocuparam pela tese de que Elias considera de construção social da temporalidade se destacaram Mbiti (1999), Oruka (1990) e Said (1990) só para mencionar alguns. A tese que unifica os três autores sobretudo os dois primeiros é o fato dos mesmos terem sistematizado o *ubuntu*⁴ para contrariar o *cogito ergo sum*⁵. Estes conceitos, geralmente distinguem o estabelecimento do *nomos*⁶ entre o sul e oriente do norte respectivamente. Estas características que frequentemente moldam o pensamento ocidental, oriental ou sulista, conforme a teoria etnofilosófica⁷ se repercutem na concepção do tempo nestas regiões.

Mas como é que a indagação pelo tempo, institucionalizado primeiramente no Egito através da criação das primeiras instituições do *Trivium* e *Quadrivium* começou a ser apropriado pelo ocidente? Elias (1998), embora negue a existência de tempo em si pelo fato de ser um constructo social conforme mostramos na terceira parte deste artigo, o autor parece enaltecer a grandeza do Egito no desenvolvimento dos instrumentos e inteligência tanto técnica quanto científica para mensurar o tempo. Como ele aponta para as várias reformas que ocorreram na definição do tempo e que culminaram com o seu ceticismo, o autor parece reconhecer a hegemonia Egípcia, ao afirmar que:

[...] César, que na verdade era um ditador, ordenou uma reforma radical do calendário. A regulação das relações sociais em termos de tempo sempre fora obra das autoridades eclesiásticas ou ligadas ao poder temporal. Não deixa de ser significativo, no que concerne ao desenvolvimento do saber na Roma antiga, que César tenha convocado á sua presença um sábio Egípcio, o astrónomo e matemático Sosígenes para lhe servir de conselheiro na reforma do calendário Romano. Na época os egípcios já tinham uma longa tradição em matéria de observação dos astros e de estabelecimento de calendários, a qual foi enxertada na tradição romana. O resultado da reforma de César, ocorrida no ano de 46 A. C., foi um calendário que apresentava muitos traços conhecidos e que, desse modo, marcou incontestavelmente uma etapa rumo ao calendário atual. Os egípcios haviam tentado estabelecer uma correspondência entre as unidades de tempo baseada nos movimentos de lua e do sol, respectivamente, construindo um ano de doze meses de trinta dias, ao qual acrescentavam, no começo ou no fim, cinco dias suplementares, de modo a fazer seus meses corresponderem ao ano solar [...]. (ELIAS, 1998, p. 154).

⁴ Comunidade.

⁵ Penso, logo existo. Uma tese elaborada por Descartes e que moldou o pensamento ocidental.

⁶ Força de poder.

⁷ Filosofia africana.

A partir destes dados, parece indubitável se aferir que o contributo da ciência egípcia na construção da cientificidade ocidental, foi maior. Foi esta perícia Egípcia que o norte parece ter se apropriado para se modernizar rapidamente aplicando a mesma para dominar o mundo por várias formas de submissão como colonização e escravidão no sul e oriente. O resto do artigo está dividido em quatro partes. Nesta primeira parte (i) se conceitualizou as fontes de dados, a segunda (ii) apresenta algumas teses sobre a definição do tempo ao longo da história de filosofia, a parte subsequente (iii) se centra sobre a tese de Elias através de uma análise crítica da mesma e, por fim a sessão (iv) faz algumas conclusões e implicações sobre o estudo.

2. TENTATIVAS DA DEFINIÇÃO DO TEMPO AO LONGO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

A partir da primeira sessão, a visão de que os primeiros pensadores que se interessaram pela noção do tempo são mais do sul e do oriente que do ocidente parece é indubitável. Todavia, muitas das teorias dominantes afirmam o inverso (que a indagação pelo tempo foi sempre reflexão ocidental). Uma das figuras que sobressai nesta contradição através da segunda categorização é Gagnebin (1997) que considera que “Santo Agostinho iniciou uma interrogação filosófica que marca, até hoje, a reflexão ocidental sobre o tempo” (GAGNEBIN, 1997, p. 69). Duas incompatibilidades podem ser apontadas na tese da autora.

A primeira é a atribuição da reflexão filosófica sobre o tempo como pertencente ao ocidente quando ela já existia antes de Santo Agostinho no norte de África e parte de Ásia (oriente) através do processo de islamização do continente. Sendo assim, a reflexão do tempo mesmo em moldes aplicados hoje pelo norte, não é indígena mas sim exógena a esta localidade geográfica. A segunda contradição, é que mesmo que tenha sido santo agostinho a iniciar a interrogação filosófica do tempo, tal questionamento, confirmaria a potencialidade que o sul e oriente tiveram em moldar o pensamento ocidental atual sobre a temporalidade uma vez o filósofo em causa pertencer ao oriente (norte de África e parte de asia). Desta feita, o que Santo agostinho fez na idade média, é como Gagnebin (1997) parece confirmar, estender cada vez mais ao ocidente a interrogação filosófica que tinha sido a priori iniciada no oriente.

A teoria acima se sustenta pelo facto de que, o Egito foi uma das primeiras civilizações da humanidade que se preocupou por várias questões filosóficas ligadas a medicina, astronomia,
V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

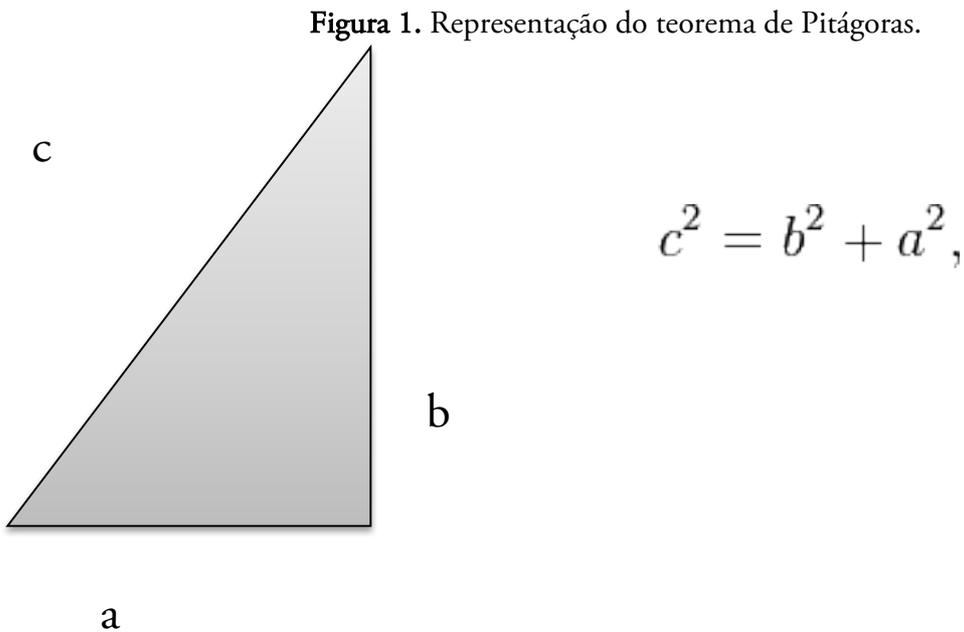
geometria e música. Esta é uma das razões pelas quais, o tempo como orientação social que se mensurava através da observação dos astros começa no oriente, o que Elias (1998) posteriormente classifica de acontecimento como algo que serve de quadro de referência a perguntas relacionadas com a questão “quando”. (p. 11). O que parece ter prevalecido no âmbito desta formulação das perguntas filosóficas sobre o tempo tanto na antiguidade quanto na idade média, é a existência dos que se adaptaram ao modelo dos 4 tipos de construção científica, (pensar o tempo a partir da astronomia, geometria, matemática e música), e outros que resistiram a esta tipologia.

Parte dos que se identificaram pelo primeiro modelo de progresso, são os que à maneira de Santo Agostinho conseguiram influenciar o norte sobre a questão filosófica da temporalidade, e o próprio norte através da assimilação. Desta feita o que parece ter faltado no oriente e no sul, foi a capacidade da propagação desta ciência com base na aritmética, geometria, astronomia e música para as sociedades que até hoje continuaram apegadas aos modelos tradicionais de medir o tempo com base nos eventos como colheitas, sementeiras, sono para designar noite, lua para definir mês, só para citar algumas designações contrariamente aos relógios e calendários que são hoje frequentes no ocidente (ELIAS, 1997, p. 35).

Mas como é que a interrogação filosófica que marca, até hoje, a reflexão ocidental sobre o tempo algo que originou no sul e no oriente se desenvolveu mais no ocidente até ao ponto de muitos afirmarem que a discussão filosófica do tempo se deu na localidade posterior e não na anterior? Como apontam alguns dos autores interessados em perceber não só a interrogação filosófica do tempo, mas também a construção social da definição do norte e sul, a forma como a civilização Egípcia evoluía em termos de progresso na ciência e na técnica, suscitou curiosidade de tal forma que muitos cientistas ocidentais vieram ao oriente a fim de estudar o Egito. Através destas visitas, houve uma migração do tipo de inteligência que havia se iniciado no sul para o norte, para além dos conselhos que alguns imperadores pediam aos peritos egípcios como mostramos na parte introdutória. A migração do conhecimento sulista para o norte, não só se deu na arena científica mas também na religião. Mais tarde esta migração foi reversiva, isto é, no sentido norte-sul em ambas as categorias religião e sistematização do conhecimento (SAID, 1990, p. 211).

As migrações de cientistas ocidentais para o Egito incluíram inicialmente figuras como Pitágoras e Thales que viajaram para o oriente a fim de perceber a inteligência egípcia, o que lhes permitiu formular suas teses e teoremas. Para citar alguns dados que sustentam a tese a cima: Pitágoras, por exemplo, ficou conhecido como quem cunhou um teorema baseado na geometria e segundo o qual “qualquer triângulo, o quadrado do comprimento da hipotenusa é igual a soma dos

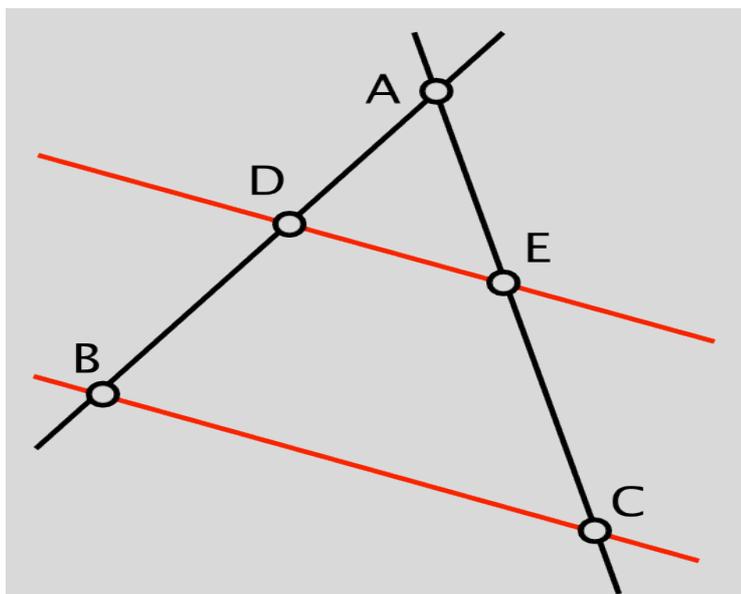
quadrados dos comprimentos dos catetos” o que ficou popularizado em “A soma das áreas dos quadrados construídos sobre os catetos (a e b) equivale à área do quadrado construído sobre a hipotenusa “c” e abaixo representado.



Fonte: Stumpf, 1980, p. 9.

Por sua vez, a Thales de Mileto é atribuída a formulação do teorema que postula o seguinte: “quando duas retas transversais cortam um feixe de retas paralelas, as medidas dos seguimentos delimitados nas transversais são proporcionais”. (STUMPF, 1980, p. 5-6). A figura a baixo ilustra a tese de Thales.

Figura 2. Representação do teorema de Thales.



Fonte: Tirado de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d5/Thales_theorem_1.png

Algumas reflexões podem ser feitas sobre a originalidade destes teoremas, embora não possa se subestimar o contributo que as mesmas ofereceram e continuam a dar até hoje para o progresso da ciência tanto ocidental quanto oriental e mesmo no sul. Primeiro, é que algo similar ao teorema de Pitágoras já havia sido desenvolvido muito anos antes pelos matemáticos babilônicos através dos algoritmos que foram aplicados para calcular os lados em casos e objetos empíricos. Segundo, é que no teorema de Thales, o que ele também fez, não foi mais do que a reprodução das teses geométricas que tinham sido aplicadas no Egito para medir a altura das pirâmides e a transversalidade das mesmas pirâmides (STUMPF, 1980, p. 5-12).

Todos estes dados reforçam o argumento de que, tanto a representação social do tempo quanto os instrumentos de medição do mesmo com base nos conhecimentos da matemática e geometria, não têm sua gênese no Ocidente, embora tenham sido mais notabilizados nesta região do planeta. Muito do que o norte fez, tanto na antiguidade passando pela idade média até a modernidade, foi de certa forma uma reprodução e aprimoramento do que o oriente já havia avançado mas que o norte logrou conquistar uma hegemonia através do contato com as culturas e civilizações sulistas e orientais.

Foi na modernidade, que o ocidente acelerou mais esta hegemonia de modo que se notabilizou nos avanços científicos e que com a revolução industrial, cresceu cada vez mais a necessidade da cronometração do tempo para regular tanto a sociedade quanto as tarefas que eram

executadas nas indústrias. Os relógios e calendários como instrumentos de medição de tempo começaram a dominar o panorama da regulação das atividades executadas no ocidente através desta revolução industrial resultante da consolidação do capitalismo.

Contrariamente ao Sul onde a filosofia de tempo havia iniciado, novos cientistas ocidentais como Isaac Newton, Galileu e Copérnico impulsionaram significativamente na elaboração de leis que possibilitariam cada vez mais a explicação científica dos movimentos relacionando estes aos do sol, lua e da terra na época moderna. De tal forma que enquanto no sul as primeiras tentativas filosóficas do questionamento sobre o tempo conciliavam a mediação do tempo, atividades e relações sociais sobretudo nas comunidades tradicionais, no norte parece ter sido o contrário.

Houve no ocidente a maximização da cronometração do tempo em relação às atividades e tendo se esquecido das relações sociais como tinha se pensado no Egito. Razão pela qual, Marx (2005) e Giddens (2001) mais tarde, vieram reconhecer que a forma como o tempo foi privilegiado na primeira modernidade, fez com que as relações entre os homens fossem em termos de maximização de mais-valia e que uns eram vistos como mercadorias para e pelos outros (MARX, 2005, p. 7 e GIDDENS, 2001, p. 12). Não obstante para Durkheim (1999) o facto significava apenas uma mudança de um tipo de solidariedade antes vista como mecânica para uma nova (a orgânica).

O que se vê com a revolução industrial e as novas formas de ligar as atividades com o tempo, são consequências do progresso na ciência ocidental em relação ao Egito mas que parecem ser inexplicáveis sem outras localidades geográficas. Alguns dos exemplos que deram prenúncio a estes avanços na modernidade sólida, incluem (i) Copérnico quando observou que qualquer teoria sobre movimento só poderia ser percebido a partir da inversão da tese “o sol gira em torno da terra” para “a terra gira em torno do sol”, o que possibilitou uma nova viragem na mensuração do tempo comparativamente a idade média.

A revolução coperniciana estava associada ao novo modo intelectual que emergia para analisar a estrutura da natureza. Isso implicou o nascimento das ciências naturais na sua forma moderna baseada na observação e matemática que se popularizou cada vez mais com cientistas como Kepler, Galileu e o próprio Copérnico. (STUMPF, 1980, p. 217).

Sendo assim, a precisão das ciências naturais se intensificou como fonte de explicação de todos os fenómenos naturais e sociais, inclusive a especulação sobre o tempo. (ii) Newton, foi mais além e aplicou o conhecimento da matemática e da física para formular na sua segunda lei do movimento que se incide sobre a ideia de que a força exercida sobre um corpo é igual a massa

multiplicada pela aceleração ($F=m \cdot a$). Na mesma lei Newton percebeu que “Em um referencial inercial a taxa de variação da quantidade do movimento de um corpo é igual à resultante de todas as forças externas a ele aplicadas”. Todavia, isso tudo só poderia ser possível com base em conhecimentos adicionais das noções do tempo. (STUMPF, 1980, p. 217). Por fim (iii) Galileu fez avanços significativos na teoria astronômica e através do isócrono, inventou o relógio mecânico e o tempo na modernidade passou a ganhar uma nova definição (ELIAS, 1997, p. 35).

Todas as teorias até aqui apresentadas, embora de uma certa forma tenham se revelado minuciosamente antagônicas, a compreensão do desenvolvimento da maior parte das mesmas, é indispensável ao *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e música) inicialmente privilegiado no Egito. Na contemporaneidade, a discussão filosófica sobre o tempo foi mais além. De entre os filósofos da atualidade que se preocuparam com a reflexão sobre o tempo, Elias se destaca.

3. A TESE DE NORBERT ELIAS SOBRE O TEMPO

A sessão anterior buscou apresentar as várias perspectivas concernentes à indagação filosófica sobre o tempo. A mesma sublinhou que embora muitas teorias tenham sido formuladas no ocidente sobre a temática, muito do que se vê em muitas delas é uma reprodução do que já tinha sido iniciado nas civilizações orientais. Daí que uma vez o ocidente tendo formulado suas teorias a partir do contacto com as culturas orientais faz com que a invenção do tempo não tenha a sua gênese no norte mas sim no sul. É por isso que esta parte objetiva mostrar que embora a tese de Elias tenha dado um progresso sobre a conceitualização do tempo no mundo contemporâneo, sua aparente inclinação ao idealismo o levou a formulação de uma teoria que se funda num ceticismo. O interesse em resgatar tal incredulidade constitui a linha de orientação nesta parte.

Como Elias (1998) afirma na sua obra *Sobre o Tempo*

Relógios, agendas, horários [...] O tempo parece uma exigência da qual ninguém consegue escapar. Nossa consciência do tempo é tão interiorizada que temos dificuldades em imaginar que grupos humanos tenham sido capazes de viver sem calendário. Temos a sensação de que “o tempo passa”, quando na realidade essa sensação diz respeito à nossa própria vida, às transformações da natureza ou da sociedade. O tempo não existe em si, afirma Norbert Elias. Não é nem um dado objetivo, como sustentava Newton, nem uma estrutura a priori do espírito, como queria Kant. O tempo é antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem. Foram necessários milênios para que a noção do tempo fosse assim depurada [...] (ELIAS, 1998, capa).

Elias (1998) parece ter em conta que uma vez muitas teorias terem sido anteriormente formuladas sobre o tempo, então pode ser que vários filósofos questionaram e falaram de algo

inexistente “em si”. Todavia, o autor ao afirmar que “o tempo em si não existe” parece ressuscitar um problema que fora inicialmente colocado na história da filosofia e resolvido por dois pares de filósofos. Um par destes, na filosofia antiga e o outro na filosofia moderna nomeadamente Platão versus Aristóteles & Kant versus Hegel respetivamente. Tanto em Platão e Aristóteles quanto em Kant e Hegel, há uma resposta ao ceticismo de Elias sobre o tempo e conforme a tese formulada pelo autor este se aproxima a Platão e Kant contrariando Aristóteles e Hegel (STUMPF, 1980, p. 46-311).

Que teorias filosóficas foram anteriormente formuladas por estes pensadores e como as mesmas se relacionam com a tese de Elias sobre o tempo? No que se refere ao primeiro par de autores Platão postulou a existência de dois mundos nomeadamente o mundo sensível (visível) e o mundo inteligível (invisível). O mundo anterior (sensível) o definiu como: material, ilusório, das sombras, opiniões (*doxa*) e das crenças. Em suma é um mundo de aparências. O mundo posterior é o das ideias e da verdade, isto é, das essências (STUMPF, 1980, p. 54).

Nesta ordem, para Platão há uma relação entre o mundo da existência da verdade e o mundo das essências, isto é, das coisas em si, e do que faz as coisas serem o que elas são. Esta tese, foi estendida na modernidade por Kant ao defender que a nossa razão é limitada a tal mundo material inicialmente visto por Platão (como mundo ilusório e das opiniões) de tal forma que não podemos conhecer “as coisas em si” ou além destes limites.

Da mesma forma, no meio entre Platão e Kant (idade média) parece Santo Agostinho ter pensado na mesma esteira, uma vez que, segundo Gagnebin (1997) o autor terá influenciado o pensar filosófico ocidental sobre o tempo. Para Agostinho, existem duas cidades distintas que correspondem tanto aos dois mundos sugeridos por Platão, quanto às duas capacidades da razão apresentadas por Kant, nomeadamente a cidade celeste e a cidade terrena.

Na primeira cidade reina a perfeição e na posterior a imperfeição. Razão pela qual, Agostinho pensa que, é muito mais fácil se perceber a ilusão das coisas da cidade terrena do que a realidade da cidade celeste. (STUMPF, 1980, p. 150). Esta tese de Agostinho se equipara a Platão na medida em que este considera que o mundo sensível é apreensível para todos. Todavia, o mundo inteligível ou mundo das ideias a sua apreensão é transcendente.

De forma simplista, para Kant apenas se pode conhecer os fenómenos que nos são apresentados neste mundo material e à nossa consciência-*phenomena*⁸. Todavia, não se pode

⁸ Termo usado por Kant para designar conhecimento das coisas como elas são apreendidas no mundo sensível. V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

conhecer o *noumenal*⁹ as coisas em si. Mas como é que as teses tanto de Platão quanto de Kant até aqui apresentadas estão ancoradas àquela formulada por Elias e que considera que “tempo em si” não existe a não ser como uma representação social? A relação que existe entre os três autores (Platão, Kant e Elias), é em termos do ceticismo sobre a episteme da essência das coisas, isto é, “das coisas em si”.

A razão humana é tão limitada que só pode conhecer somente as aparências dos fenômenos no mundo material. Daí que isso também se aplica a qualquer formulação que se pode fazer sobre o tempo. Apenas podemos formular hipóteses sobre o mesmo mas nos limitando sempre a sensibilidade e nunca a sua inteligibilidade.

Múltiplas divergências foram colocadas à tese tanto de Platão quanto de Kant e que as mesmas podem ser aqui aplicadas para resgatar o ceticismo de Elias sobre a inexistência do tempo em si. Primeiro, tanto Platão quanto Kant são idealista, e o mesmo pode se atribuir a Elias. Uma das maiores preocupações que se coloca aos idealistas sobretudo por parte dos realistas é “como é que as ideias, que são substâncias das coisas podem ser separadas das coisas”, isto é, como é que a ideia do tempo, que implica coisa em si, pode ser dissociada do tempo apresentado a nós no mundo sensível? É aqui onde parece que a tese de Elias sobre a inexistência do tempo em si, precisa ser reformulado. Aristóteles e Hegel podem facilitar nesta reformulação como parece terem feito para seus antecessores nomeadamente Platão e Kant.

Segundo Stumpf (1980) Aristóteles e Hegel ultrapassaram o idealismo de Platão e Kant através da substituição do mundo das ideias e material por mundos reais e daí abrindo uma possibilidade do conhecimento tanto das coisas quanto das coisas em si. Hegel, por exemplo, negou a impossibilidade da metafísica anteriormente postulada por Kant (STUMPF, 1980, p. 81-311).

Como afirma Aristóteles,

There are levels of knowledge. Some people know only what they experience through their senses, as, for example, when they know that fire is hot. But, says Aristotle, we do not regard what we know through the senses as wisdom. To be sure, our most authoritative knowledge of particular things is acquired through our senses. Still, this kind of knowledge tells us only the “that” of anything and not the why; it tells us, for example, that fire is hot but not why. Similarly, in medicine, some men know only that medicines heal certain illnesses. This knowledge, based upon specific experiences, is, according to Aristotle, on a lower level than the knowledge of the medical scientist who knows not only “that” a medicine will heal but knows also the reason “why”. In the various crafts, the master craftsmen “know in a truer sense and are wiser than the manual workers because they know the causes of the things that are done. (STUMPF, 1980, p. 88-89).

⁹ Termo usado por Kant para designar conhecimento em si. Contrário de *phenomenal* que quer dizer aparência ou a forma como o conhecimento é apreendido através de sentidos.

Hegel aplica uma teoria similar para resgatar a negação do conhecimento da metafísica que tinha sido negada por Kant. (STUMPF, 1980, p.325). O que os dois autores advogam é o facto de que aquilo que distingue o mundo sensível e inteligível versus *phenomena* e *noumena*, são apenas os graus e níveis de conhecimento, mas que cada uma destas categorias constitui coisa em si. O mesmo se pode negar da tese de Elias uma vez que, não há inexistência do tempo em si, mas que a dinâmica para aquisição de tal conhecimento (do tempo em si) é diferente quando se pensa simplesmente sobre o tempo no mundo sensível e material.

Recuando mais no tempo Aristóteles postulava uma teoria para se chegar ao conhecimento das coisas em si a partir do (i) *pathos* (espanto), passando por (ii) *doxa* (opinião) e finalmente a (iii) episteme (ciência) que corresponderia tanto ao mundo inteligível de Platão quanto ao *noumena* de Kant. Comte parece ter radicalizado algumas destas teses a quando do surgimento da sociologia quando considera que a (i) teleologia e (ii) a metafísica são apenas pontes que marcavam a passagem para explicação dos fenómenos sociais com base (iii) no conhecimento científico como único conhecimento verdadeiro através positivismo (GIDDENS, 2000, p. 8).

A tríade da construção epistemológica aristotélica, pode ser também aplicada na correção da problemática de tempo apontado em Elias, uma vez que, o que parece faltar na tese de Elias se centra em como é que podemos demonstrar o conhecimento de tal tempo em si como Hegel mostra na crítica feita a Kant.

Para sublinhar esta deficiência de Elias tal como Hegel mostra a Kant que a afirmação “não podemos conhecer as coisas em si” é já em si uma contradição, o mesmo pode se transferir à tese de Elias segundo a qual tempo em si não existe. Segundo, está em causa o princípio lógico de não contradição (uma coisa não pode “ser” e “não ser” ao mesmo tempo). Elias, ao afirmar que existe uma coisa que se chama tempo em si mas que não existe parece esquecer do princípio de não contradição.

Em que consiste a contradição de Elias? É que primeiro ele aceita a existência do tempo em si, mas na mesma premissa, nega a existência do que ele próprio afirma existir. O mesmo foi feito por Kant e retificado por Hegel. Para Kant, não se pode conhecer as coisas em si. Razão pela qual é impossível em Kant saber a essência das coisas. Aplicando a teoria de não contradição, Hegel identifica em Kant que afirmar que existe algo que se chama coisa em si (*noumena*), implica ter conhecimento de tal *ente* ou ser. Todavia, admitir a sua não existência na mesma proposição, é já em si uma contradição.

Pela mesma forma que tanto Aristóteles quanto Hegel resgatam os limites da definição do conhecimento iniciados por Platão e Kant respetivamente, pelo mesmo viés pode se resgatar o ceticismo de Elias de que “o tempo em si não existe”. O que se pode refletir na tese do autor é como podemos demonstrar sistematicamente, os passos para chegar se a tal conhecimento do tempo em si. Aristóteles parece ter já dado parte da solução que reside no exercício da mente humana numa tríade dimensional (*pathos, doxa* até chegar a *episteme*).

Apesar de algumas das críticas aqui sublinhadas sobre a problemática do tempo em Norbert Elias que se centraram maioritariamente na reformulação da tese de que o tempo em si não existe, e que era em si uma contradição, Elias enalteceu o debate filosófico contemporâneo sobre a temática. Dentre as suas reflexões mais significativas, notabilizam aquelas da definição do tempo como um constructo social e que os homens acordam para coordenação de suas atividades.

Todavia, este tempo não é uniformizado. Existe o tempo tradicional e o tempo científico, o que parece sugerir que as diferenças sociais entre o norte e o sul contribuem significativamente na distinção e diferenciação do tempo. Tal distinção e diferenciação, inclui os instrumentos aplicados ao longo do processo histórico para mensurar o tempo desde a aplicação de instrumentos como sol, lua, calendários até os relógios.

Elias (1997) ao apontar para a definição do tempo como construção social evidenciando a trajetória que a mesma (construção histórica) se edificou desde o período em que sociedades tradicionais viveram sem relógios até a invenção dos mesmos, explica porque é que até hoje as diferenças sociais do tempo prevalecem entre alguns grupos do norte e outros do sul.

Pelo mesmo viés se pode postular porque é que algumas sociedades do norte são maioritariamente caracterizadas pela priorização do tempo no evento contrariamente a maioria no sul que priorizam o evento e em seguida o tempo.

4. CONCLUSÕES

Este artigo tinha como objetivo mostrar os dilemas filosóficos do debate sobre o tempo em alguns processos da construção da história da humanidade. O mesmo se centrou na reformulação de duas hipóteses. A primeira é que contrariamente ao que se tem pensado que a interrogação filosófica que marca até hoje a reflexão sobre o tempo é ocidental, através da retrospectiva histórica tanto do lugar quanto dos primeiros filósofos que se interessaram sobre o tempo pode se concluir

que as primeiras teses sobre temporalidade têm mais a ver com o sul e oriente do que com o norte ou ocidente como equivocadamente parece ter se pensado.

Alguns dos exemplos aqui explorados para deslegitimar a autoctonia do sul, incluíram a referência apontada por Gagnebin (1997) sobre Santo Agostinho como precursor do modelo ocidental de indagação sobre o tempo. Uma vez Agostinho sendo oriental e não ocidental, então isso pode sustentar a tese de que aquilo que o ocidente fez desde a antiguidade passando pela modernidade até a época contemporânea sobre o tempo, é uma reinterpretação do que já tinha sido feito na Babilônia e no Egito antigo. Neste último local se desenvolveram todas as ciências e técnicas que permitiram com que o norte se beneficiasse através de contatos com a erudição oriental e se baseando na mesma para formulação de novas teorias tanto sobre a ciência quanto sobre o tempo.

A segunda hipótese se incidiu sobre a negação do ceticismo de Elias. A mesma mostrou a relação que se pode estabelecer entre a contradição existente nas teorias filosóficas de Platão e Kant bem como estas foram solucionadas por Aristóteles e Hegel (idealismo versus realismo) com a incompatibilidade da tese de Elias de que o tempo em si não existe. Pelo fato de Elias afirmar que o tempo em si não existe porque é uma representação social, fez com que ele ampliasse cada vez mais a quantidade das teorias sobre a temática uma vez tendo cometido a falácia de contradição. A partir dos dados aqui apresentados pode se concluir que ao longo da história de filosofia nem todos os filósofos foram unânimes tanto sobre a definição quanto sobre os instrumentos para mensurar o tempo.

Apesar destas divergências com a revolução industrial e com a necessidade de regular tanto as atividades quanto os homens, os relógios e calendários ganharam mais domínio como instrumentos de medição de tempo na contemporaneidade. Todavia, isso não implica que todas as sociedades dependem e sempre dependeram de relógios e calendários como instrumentos que regulam suas atividades. O que é convergente em todas as sociedades tanto ocidentais quanto orientais, do norte ou do sul, é a existência da conceitualização do tempo. Mas a forma como estas diferentes sociedades definem ou medem tal tempo vai ser convergente entre as localizações geográficas ou mesmo entre grupos diferentes numa mesma região. Pode também se concluir que a razão pela qual a forma como a aplicação do tempo vai ser divergente entre indivíduos se deve a existência de dois tipos de sociedades nomeadamente as modernas e as tradicionais.

Enquanto nas anteriores o uso e aplicação da cronometração do tempo é mais visível tornando as mesmas ativas em relação ao tempo, as posteriores seriam mais passivas e as relações interpessoais têm mais valor nas sociedades da última categoria do que o simples cumprimento de

horários e relógios. Alguns dos instrumentos de medição do tempo nas sociedades tradicionais incluem até hoje o sol, a lua e em muitos casos se aplica noite e dia, colheita ou sementeira para contrariar a dominação de relógios e calendários.

É a tentativa para perceber porque é que enquanto uns definem o tempo de certa forma e outros de outra que parece ter contribuído para as divergências que se notabilizaram e que se notam até a atualidade sempre que se pensa sobre a construção social do tempo. Apesar dos desacordos que acompanharam várias gerações de filósofos sobre a definição do tempo, a visão de Elias parece estar presente em cada uma delas “o tempo é uma construção social”, inventada para regular e orientar os homens. Razão pela qual, enquanto todos autores cujo presente artigo refletiu em torno deles falaram e perceberam o conceito tempo por vários períodos históricos, as teses formuladas sobre o mesmo foram antagónicas.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Emile. *As regras do Método Sociológico*. Tradução de Paulo Neves e Revisão de Eduardo Brandão, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999;

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Ed. Michael Schroter e tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

FRIJHOFF, William: Patterns in higher education de Ridder-Symoens (ed): *A History of the University in Europe*, vol. 2, 1996. Cambridge University Press. pp. 43-80.

GAGNEBIN, Jean. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Sindicato nacional dos editores de livros, 1997.

GIDDENS, Michel. *Sociologia*. 8ª ed. Lisboa: Polity press. Tradução de Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil-coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral, 2001.

..... *Em defesa da Sociologia. Ensaios, Interpretações e Tréplicas*. S. Paulo Fundação Editora da Unesp. Tradução de Roneide Venacio Majer e Klauss Brandini Gerhardt, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 15ª Ed. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Editora vozes, 2005.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia de Direito de Hegel*. Rio de Janeiro: Sindicato Boitempo, 2005. Tradução de Rubens Enderle & Leonardo de Deus.

MBITI, John. *African Religions and Philosophy*. 2nd Edition. USA: The division of Reed publications, 1999.

ORUKA, Odera. *African Philosophy and introduction: Trends in contemporary African philosophy*. Nairobi: Shirikon Publishers, 1990.

RUEGG, Walter: Themes in higher educativo. De Ridder-Symoens (ed): *A History of the University in Europe*. vol. 1, 1992. Cambridge University Press. pp. 3-34.

SAID, Eduard. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STUMPF, Samuel Enoch. *Socrates to Sartre: A history of Philosophy*. Revised 5th edition, New York: vanderbilt university press, 1988.

TEOREMA DE PITÁGORAS. https://pt.wikipedia.org/wiki/Teorema_de_Pit%C3%A1goras

Recebido em: 05 de jan. 2017

Aceito em: 06 de jun. 2017